

☆ continuação

relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Rio Barigui Participações S.A.
suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações

significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
KPMG Curitiba, 18 de março de 2020
KPMG Auditores Independentes **Cristiano Aurélio Kruk**
CRC PR-007945/F-7 Contador - CRC PR-054366/O-0

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Rede Assistencial - D.A. Vila Prudente/Sao Lucas

CNPJ nº 61.699.567/0060-42
Nota da Administração

Em complemento às demonstrações contábeis consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M., o parecer da Assembléia dos Associados da S.P.D.M. e o relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando para publicação as demonstrações contábeis da unidade: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Rede Assistencial - D.A. Vila Prudente/Sao Lucas que integra a S.P.D.M. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM.

Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal, Administrativo e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 26 inciso VIII, submetemos à apreciação de V. S.^{as} o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2019 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Conforme artigo 1º do Estatuto Social, a SPDM, proprietária do Hospital São Paulo, originalmente denominada Escola Paulista de Medicina, constituída por escritura pública de 26/06/1933, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública Estadual e Municipal, regida por seu estatuto e legislação aplicável. A SPDM tem como objetivos manter e gerenciar o Hospital São Paulo, hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e demais instalações, bem como gerenciar ou assessorar outros hospitais, centros de promoção, prevenção e assistência à saúde e unidades afins. A diretoria primordial da Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando os laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. Ainda faz parte das diretrizes, promover e manter o ensino e a pesquisa, básica ou aplicada, de caráter científico ou tecnológico. Através de cursos, palestras, congressos, seminários, simpósios e conferências, produzir, comercializar e disponibilizar material didático e científico nas áreas de atuação. A gestão da Entidade é baseada no sistema de governança corporativa e na condição de entidade filantrópica, apesar das demandas crescentes por atendimentos e da escassez de recursos, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Órgão deliberativo da SPDM, o Conselho Administrativo, além de outras atribuições, apresenta ao Conselho Fiscal, análise de resultados que

inclua prestação de contas, balanço Patrimonial da SPDM e quadros comparativos com exercício anterior. Objetivando fiscalizar e acompanhar as atividades da Associação, o Conselho Fiscal é responsável pela aprovação do balanço apresentado pelo Conselho Administrativo. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa de auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Assim, a Instituição contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldada por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das interações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social e Educação, a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais, oferecendo ainda na área Educação, cursos de graduação, pós-graduação Lato Sensu (MBA-Especialização), cursos de extensão - cursos livres e também a gestão de Centros de Educação Infantil. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2020.
Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM.

Ativo	2019	2018
Ativo Circulante	64.008.099,28	104.273.701,54
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 4.1)	6.883.326,23	11.345.896,39
Bancos conta Movimento	1,00	1,00
Aplicações Financeiras (nota 4.2)	6.883.325,23	11.345.895,39
Cliente e Outros Recevíveis	56.847.159,56	92.781.364,39
Clientes	56.388.132,33	92.705.834,81
Prefeitura Município São Paulo - PAIS (nota 4.3)	56.388.132,33	86.617.823,33
Valor Estimado-Rescisão de Contrato (nota 4.4)	0,00	6.088.011,48
Outros Créditos (nota 4.5)	459.027,23	75.529,58
Adiantamentos e outros créditos	459.027,23	75.529,58
Estojo (nota 4.6)	277.613,49	146.440,76
Materiais de Almoarifado	277.613,49	146.440,76
Ativo não Circulante	4.181.367,66	49.340.245,07
Realizável a Longo Prazo	2.432.643,77	47.427.636,84
Valores a Receber	2.432.643,77	47.418.447,84
Depósito judicial	0,00	9.189,00
Ativo Imobilizado Terceiros (nota 4.20)	2.608.660,66	2.550.002,03
Imobilizado - Bens de Terceiros	2.608.660,66	2.550.002,03
Ajuste Vida Útil Econômica Bens Terceiros (nota 4.20)	(928.321,45)	(637.393,80)
Bens Terceiros	(928.321,45)	(637.393,80)
Arrendamento Mercantil (nota 4.21)	76.932,77	0,00
Direito de Uso de Bens Imóveis	76.932,77	0,00
Depreciação de Direito de Uso (nota 4.21)	(8.548,09)	0,00
Bens Imóveis	(8.548,09)	0,00
Total do Ativo	68.189.466,94	153.613.946,61

Passivo	2019	2018
Passivo Circulante	54.823.166,95	94.155.905,57
Fornecedores	32.065,95	74.956,89
Fornecedores Nacionais	32.065,95	74.956,89
Serviços de Terceiros	244.027,59	278.599,43
Serviços de Terceiros P. Jurídica.	244.027,59	278.599,43
Serviços Próprios	10.997.807,14	9.888.206,81
Salários a Pagar	3.103.240,96	2.885.391,22
Contribuições a Recolher (nota 4.11)	793.625,82	784.775,46
Provisão de Férias (nota 4.8)	4.903.660,02	4.266.265,24
Provisão de FGTS sobre Férias (nota 4.8)	391.931,91	340.981,52
Provisão PIS sobre 13º Salário e Férias (nota 4.8, 4.9 e 4.17)	0,00	42.662,65
Empréstimo a Funcionário Lei 10.820/03	154.954,10	130.966,54
Impostos a Recolher	1.319.157,65	1.106.533,20
Benefícios	331.236,68	330.630,98
Tributos	107.228,05	108.189,96
Obrigações Tributárias	107.228,05	108.189,96
Conta a Pagar / Valores de Terceiros	43.373.179,41	83.805.952,48
Cheques emitidos a compensar	0,00	10.032,86
Convênios/Contratos		
Públicos a Realizar (nota 5.2)	43.364.942,49	83.268.829,80
Outras Contas a Pagar	8.236,92	0,00
Valores Transitáveis	0,00	527.089,82
Arrendamento Mercantil (nota 4.21)	68.858,81	0,00
Passivo de Arrendamento Bens Imóveis	73.330,96	0,00
Encargos Financeiros a Transcorrer	(4.472,15)	0,00
Passivo não Circulante	13.366.299,99	59.458.041,04
Recursos Circulantes em Execução	13.366.299,99	59.426.502,10
Imobilizado - Bens de terceiros (nota 4.20)	2.608.660,66	2.550.002,03
Ajuste. vida útil econômica - Bens de terceiros (nota 4.20)	(928.321,45)	(637.393,80)
Valor Estimado - Rescisão de Contrato (nota 4.10 e 4.13)	11.685.960,78	10.095.446,03
Convênios/Contratos		
Públicos a Realizar (nota 5.3)	0,00	47.418.447,84
Outras Obrigações com Terceiros	0,00	31.538,94
Provisão Despesa Proc. Trabalhistas	0,00	31.538,94
Total do Passivo	68.189.466,94	153.613.946,61
Patrimônio Líquido (nota 6)	0,00	0,00
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	68.189.466,94	153.613.946,61

Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	2019	2018
(+) Receita Bruta de Serviços	101.393.178,34	86.752.189,13
(-) Serviços	97.841.625,55	85.304.700,79
Contrato de Gestão nº 15/2015	79.990.610,21	70.377.496,37
Isenção Usufruída (nota 8)	17.848.860,41	14.924.954,53
Trabalho Voluntário (nota 8.1)	2.154,93	2.249,89
(+) Outras Receitas Operacionais	3.551.552,79	1.447.488,34
Estrutura SPDM	3.551.552,79	1.447.488,34
(=) Receita Líquida de Serviços Prestados	101.393.178,34	86.752.189,13
(+) Outras Receitas	6.119,38	4.052,62
(+) Receitas Gerais	6.119,38	4.052,62
Outras Receitas	564,37	0,00
Descontos Recebidos	5.551,04	3.752,35
Financeiras	3,97	300,27
(-) Receita Líquida	101.399.297,72	86.756.241,75
(-) Custos Operacionais	97.624.667,55	82.930.054,90
(-) Serviços	78.904.159,70	67.058.849,37
(-) Pessoal Serviços Próprios	67.737.988,57	56.570.411,36
(-) Serviços de Terceiros	11.166.171,13	10.488.438,01
(-) Custos com Mercadorias	851.896,60	693.936,26
(-) Medicamentos e Materiais	851.896,60	693.936,26
(-) Tributos	8.065,73	11.085,87
(-) Impostos Taxas e Contrib	8.065,73	11.085,87
(-) Gratuidades	17.817.946,22	14.831.698,04
(-) Isenção Usufruída (nota 8)	17.817.946,22	14.831.698,04
(-) Arrendamento Mercantil (nota 4.20)	9.640,50	0,00
(-) Depreciação de Direito de Uso	8.548,09	0,00
(-) Encargos de Arrendamento	1.092,41	0,00
(-) Outros Custos Operacionais	32.958,80	334.485,36
(-) Custos Financeiros	21,00	50,00
(-) Custos Bens Permanentes de Terceiros	32.937,80	334.435,36
(-) Despesas Operacionais	3.774.630,17	1.735.623,01
(-) Serviços	174.063,38	174.006,98
(-) Pessoal Serviços Próprios	134.353,35	127.523,28
(-) Serviços de Terceiros	37.555,10	44.233,81
(-) Trabalho Voluntário (nota 8.1)	2.154,93	2.249,89
(-) Tributos	3.579,60	1.326,62
(-) Impostos Taxas e Contrib	3.579,60	1.326,62
(-) Gratuidades	30.914,19	93.256,49
(-) Isenção Usufruída (nota 8)	30.914,19	93.256,49
(-) Outras Despesas Operacionais	3.566.073,00	1.467.032,92
(-) Despesas Financeiras	14.520,21	19.544,58
(-) Estrutura SPDM	3.551.552,79	1.447.488,34
(-) Outras Despesas	0,00	2.090.563,84
(-) Outras Despesas	0,00	2.090.563,84
(=) Superávit / Déficit do Exercício (nota 4.18)	0,00	0,00

Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2019	2018
Superávit / Déficit do exercício/ período	0,00	0,00
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	8.548,09	0,00
Depreciação e amortização	8.548,09	0,00
Variações nos ativos e passivos	36.317.702,48	(3.790.053,77)
(Aumento) Redução em contas a receber	36.317.702,48	(3.790.053,77)
(Aumento) Redução outros créditos	44.611.495,42	71.110.803,38
(Aumento) Redução em estoques	(131.172,73)	(127.193,87)
Aumento (Redução) em fornecedores	(87.495,64)	(226.595,52)
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contratos de gestão	(85.731.820,40)	(64.002.466,33)
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	558.246,58	1.715.815,47
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(232.269,02)	81.033,19
Aumento (Redução) Passivo de Arrendamento	68.858,81	0,00
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(4.617.906,41)	4.761.342,55
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	232.269,02	(81.033,19)
(-) Adição de Bens de Terceiros	232.269,02	(81.033,19)
(-) Direito de Uso	(76.932,77)	0,00
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	155.336,25	(81.033,19)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	0,00	0,00
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	0,00	0,00
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.462.570,16)	4.680.309,36
Saldo inicial de Caixa e equivalente	11.345.896,39	6.665.587,03
Saldo final de Caixa e equivalente	6.883.326,23	11.345.896,39

vada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 1º da Lei nº 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), apresentando as seguintes características: • a Instituição é regida por legislação infraconstitucional; • a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contra-partida); • existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidade é dispensada de pagar o tributo; • há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais. **2.3 - Requisitos para Manutenção da Isenção Tributária:** A Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto 8.242/14, estabelece em seu art. 29 e incisos a que a entidade beneficiária certificada como filantrópica e de assistência social, na forma do Capítulo II, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - não recebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; II - aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; IV - mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; VI - conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; VII - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; VIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Em outubro de 2013 a Lei 12.868 trouxe alterações ao art. 29 estabelecendo em 3 novos parágrafos que: § 1º A exigência a que se refere o inciso I do caput não impede: I - a remuneração aos diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício; II - a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo federal. § 2º A remuneração dos dirigentes estatutários referidos no inciso II do § 1º deverá obedecer às seguintes condições: I - nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até 3º grau, inclusive afim, de instituidores, sócios, diretores, conselheiros, benfeitores ou equivalentes da instituição de que trata o caput deste artigo; e II - o total pago a título de remuneração para dirigentes, pelo exercício das atribuições estatutárias, deve ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido neste parágrafo. § 3º O disposto nos §§ 1º e 2º não impede a remuneração da pessoa do dirigente estatutário ou diretor que, cumulativamente, tenha vínculo estatutário e empregatício, exceto se houver incompatibilidade de jornadas de trabalho. **3 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2019, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis são elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Re-

solução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **3.1 - Razão Social: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Rede Assistencial - Da Vila Prudente/Sao Lucas - Rua Nelson de Oliveira, nº 258 - Sala 8 e 9 - Jardim Sapopemba - CEP 03976-010 - São Paulo - SP - CNPJ nº 61.699.567/0060-42. **3.2 - Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem o evidenciam fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, são transmitidas através do ECD (Escrituração Contábil Digital) e transmitidas a RFB (Receita Federal do Brasil) via digital e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, conforme determina a portaria 1.420 de 19 de dezembro de 2013 pela RFB. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **4 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002) e suas alterações. Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classificá-las em Circulante e Não Circulante conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal. **4.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC - TG 03) - *continua* ➤**



▶ **continuação** Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

Valores em reais	R\$	R\$
Período	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e Saldos em Bancos	1,00	1,00
Aplicação Financeira de Curto Prazo	6.883.325,23	11.345.895,39
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.883.326,23	11.345.896,39

4.2 - Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações encontram-se aplicadas por força do Contrato de Gestão nº 15/2015, cujo rendimento é revertido integralmente ao Contrato de Gestão em epígrafe.

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Rentabilidade / Mês Taxa %	R\$ 31/12/2019
Banco Bradesco	Invest Fácil	*	6.211,97
Banco Bradesco	CDB	*	584.194,94
Banco Bradesco	CDB - Hiperfácil	*	316,79
Banco do Brasil	BB Automático Empres - CNPJBB automático empres RF CP Corpor Ágil		
Banco do Brasil	CNPJRF CP corpor ágil	0,3551	6.292.397,51
Total			6.883.325,23

* % do C.D.I.

4.3 - Contas a Receber: A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das parcelas contempladas no Cronograma de Desembolso conforme estabelecido no Contrato. O Contrato é reconhecido por seu valor integral e caso a vigência exceda mais de um exercício, parte do Contrato é registrado no grupo Não Circulante. **4.4 - Valor Estimado - Rescisão de Contrato:** Valores provenientes do passivo trabalhista das unidades assumidas dos Convênios, para este Contrato. **4.5 - Outros Créditos e Adiantamentos:** Representam valores a receber ou a descontar de pagamentos futuros, tais como adiantamentos realizados a funcionários (férias, salário, 13º e outros), fornecedores, e créditos a receber do Contrato de Gestão.

4.6 - Estoques: Os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2019 é de R\$ 277.613,49. A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência. O montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas. (Resolução CFC No. 1.170/09 (NBC TG 16)).

Estoque	Valores em Reais 31/12/2019	Valores em Reais 31/12/2018
Materiais de Almoxarifado	277.613,49	146.440,76
Total	277.613,49	146.440,76

4.7 - Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **4.8 - Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **4.9 - Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **4.10 - Outras Provisões:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. Baseado nas cláusulas contratuais do Contrato de Gestão e na IAS 37, a O.S. SPDM-PAIS tem como responsabilidade, os pagamentos das verbas trabalhistas, bem como, ao final do Contrato quitar todas as obrigações devidas aos colaboradores, inclusive as indenizações contempladas na CLT e respectivas convenções. Desta forma, calculamos na conta "Valor Estimado - Rescisão de Contrato", as obrigações presentes, resultante de eventos passados, baseados nos valores atuais contemplados na folha de pagamento até a data do Balanço.

4.11 - Contribuições a Recolher

Contribuições a Recolher	31/12/2019	31/12/2018
INSS	274.408,01	266.863,45
FGTS	518.004,08	459.159,26
PIS	0,00	57.458,09
Sindicato a recolher	1.213,73	1.294,66
Total	793.625,82	784.775,46

4.12 - Impostos a Recolher

Imposto a Recolher	31/12/2019	31/12/2018
I.R.	1.319.157,65	1.106.533,20
Total	1.319.157,65	1.106.533,20

4.13 - Estimativas Contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações, e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, inclusive "Outras Provisões" citados no item 4.10, as mesmas foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **4.14 - Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá, requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde, por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quantos processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2019, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aqueles cuja probabilidade de perda era tida como "possível" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas no montante de R\$ 1.069.966,05. **4.15 - Contingências Ativas:** Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que deem origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis. Quando a entrada de benefícios econômicos se tornarem prováveis, a entidade divulga o ativo contingente através de breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço. **4.16 - Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **4.17 - Outros Passivos Exigíveis (PIS):** No tocante a outros passivos exigíveis, em especial com relação às contribuições ao Programa de Integração Social - PIS, a entidade promoveu o ajuizamento de ações em face da União Federal, visando à obtenção, junto ao Poder Judiciário, de decisões favoráveis que determinem a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários referentes à Matriz e suas filiais.

Destaca-se que se obteve êxito nessas demandas, com o reconhecimento de sua imunidade tributária com relação ao recolhimento do PIS, no ano de 2019. Em decorrência desse fato, houve a reversão contábil do passivo, no valor de 64.975,12. **4.18 - Apuração do Resultado:** O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência, as receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07), no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. O resultado do exercício é "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. **4.19 - A influência da Resolução CFC 1409/12 (ITG 2002) na contabilização de recursos públicos em relação aos Índices Financeiros:** A Contabilização dos recursos públicos oriundos do Contrato de Gestão segue, na SPDM, rigorosamente as Leis 11.638/07, Lei 11.941/09, e, fundamentalmente, a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (Interpretação Técnica Geral). De tal forma é oportuno dizer que os recursos públicos oriundos deste Contrato de Gestão, são de uso exclusivo para executar despesas do contrato e assim, não preveem superávit ou déficit como

Bens Móveis	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2019
Imobilizado Bens de Terceiros	1.912.608,23	(232.269,02)	0,00	0,00	1.680.339,21
Bens Móveis	2.550.002,03	58.658,63	0,00	0,00	2.608.660,66
Aparelhos equipamentos utensílios médicos odontológicos laboratório	1.618.013,01	12.550,00	0,00	0,00	1.630.563,01
Equipamentos de Processamento de Dados	178.953,93	4.138,00	0,00	0,00	183.091,93
Mobiliário em geral	612.314,38	32.396,80	0,00	0,00	644.711,18
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	48.246,81	0,00	0,00	0,00	48.246,81
Aparelhos de medição	39.340,00	7.260,00	0,00	0,00	46.600,00
Aparelhos e equipamento comunicação	27.920,90	114,83	0,00	0,00	28.035,73
Aparelhos e utensílios domésticos	16.968,00	0,00	0,00	0,00	16.968,00
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	8.245,00	2.199,00	0,00	0,00	10.444,00
Ajuste de vida útil	(637.393,80)	(290.927,65)	0,00	0,00	(928.321,45)

Bens Móveis	Depreciação do Período	Transferência/ Baixa Depreciação	Depreciação Acumulada em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2019	Taxa Anual de Depreciação
Aparelhos equipamentos utensílios médicos odontológicos laboratório	(172.778,87)	0,00	(560.305,33)	1.070.257,68	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	(35.963,10)	0,00	(130.687,67)	52.404,26	20%
Mobiliário em geral	(64.023,77)	0,00	(187.429,73)	457.281,45	10%
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(8.287,44)	0,00	(23.749,40)	24.497,41	10%
Aparelhos de medição	(4.348,96)	0,00	(9.393,32)	37.206,68	10%
Aparelhos e equipamento comunicação	(2.802,60)	0,00	(9.333,94)	18.701,79	10%
Aparelhos e utensílios domésticos	(1.696,80)	0,00	(5.107,98)	11.860,02	10%
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	(1.026,11)	0,00	(2.314,08)	8.129,92	10%
(290.927,65)	0,00	(928.321,45)	1.680.339,21		

4.21 - Arrendamento Mercantil - Alteração na Política Contábil: Em razão da vigência do CPC 06 (R2), que trata de Operações de Arrendamento Mercantil, com início em 01 de janeiro de 2019 e adotado inicialmente pela instituição SPDM, a partir de dezembro de 2019, impacta na escrituração contábil dos contratos de alugueis, dos imóveis utilizados nas atividades operacionais, que deixam de ser reconhecidos no resultado pelo pagamento mensal das prestações, cujo custo, passa a afetar o resultado pela apropriação da depreciação do direito de uso, mais juros descontados a valor presente. Em conformidade com o CPC 06 R2 - IFRS 16 os Arrendatários devem reconhecer as obrigações de pagar ao Arrendador como Passivo de Arrendamentos no Grupo do Passivo e o direito de usar os Ativos subjacentes, devem ser reconhecidos como Ativo de Direito de Uso, no Grupo do Ativo Imobilizado, ambos a valor presente. OS efeitos patrimoniais com a doção inicial do CPC 06 R2- IFRS 16 estão representados quadro abaixo:

Ativo	Saldo anterior a 01/12/2019	Ajuste adoção inicial IFRS 16	Saldo após adoção inicial 01/12/2019
Ativo Circulante	78.787.640,12	0,00	78.787.640,12
Total do ativo Circulante	78.787.640,12	0,00	78.787.640,12
Ativo Não Circulante	7.785.426,10	0,00	7.785.426,10
Direito de Uso- Arrendamento	0,00	76.932,77	76.932,77
Total do Ativo não Circulante	7.785.426,10	0,00	7.785.426,10
Total do ativo	86.573.066,22	76.932,77	86.649.998,99
Passivo			
Passivo Circulante	73.421.221,46	0,00	73.421.221,46
Passivo de Arrendamento	0,00	76.932,77	76.932,77
Total Passivo Circulante	73.421.221,46	76.932,77	73.498.154,23
Não Circulante	13.151.844,76	0,00	13.151.844,76
Passivo de Arrendamento	0,00	0,00	0,00
Total Passivo não Circulante	13.151.844,76	0,00	13.151.844,76
Patrimônio Líquido	0,00	0,00	0,00
Total Passivo e Patrimônio Líquido	86.573.066,22	76.932,77	86.649.998,99

No cálculo do valor presente dos pagamentos futuros dos alugueis, foi adotada uma taxa incremental, equivalente à taxa de juros dos demais contratos de financiamentos bancários que é 1,42% a.m. É perceptível que mensalmente, as depreciações mais os juros apropriados por competência, não são iguais às saídas de caixa para quitar os alugueis mensais. No entanto, o efeito é nulo ao fim do contrato, ou seja, a soma das depreciações com os juros apropriados, conforme o IFRS 16 é igual às despesas de alugueis previstas no contrato. O quadro abaixo demonstra o efeito destas variações:

Contrato de Gestão nº 15/2015	2019	2020	Total
Custo/despesa com arrendamentos de imóveis	9.166,37	73.330,96	82.497,33
Depreciação do Direito de Uso	8.548,09	68.384,68	76.932,77
Juros s/ Arrendamentos	1.092,40	4.472,16	5.564,56
Varição entre caixa e resultado	474,12	(474,12)	0,00

5 - Origem e Aplicação dos Recursos: As receitas, inclusive as doações, Assistências Governamentais, subvenções e contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **5.1 - Das Receitas Operacionais:** Os valores recebidos diretamente pela Entidade através dos Contratos de Gestão representam em 2019, 100% do total das receitas operacionais. **5.2 - Contratos de Gestão, Subvenções e outros tipos de Convênios Públicos (Resolução CFC 1.305/10):** São recursos financeiros provenientes de Contratos de Gestão/Convênios firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os Contratos firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC nº 1.305/10 na qual uma Assistência governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo sob a denominação de Convênios/Contratos públicos a realizar. No exercício de 2019, a Instituição SPDM - PAIS Rede Assist. - D.A.Vila Prudente/ São Lucas, recebeu a toque de caixa as Assistências Governamentais, descritas conforme abaixo:

Contrato de Gestão nº	R\$
15/2015 - Rede Assist. - D.A. VL Prudente/São Lucas	77.258.358,54

5.3 - Contratos de Gestão, Assistências Governamentais e outros tipos de Convênios Públicos (Valores de Longo Prazo): A fim de tornar mais transparentes e completas as informações sobre o Contrato de Gestão, os valores totais a receber pactuados com os gestores, bem como os valores a realizar, passaram a ser contabilizados nas rubricas: Valores a receber - convênios/contratos públicos a receber (Ativo Não Circulante) e Valores de Terceiros - convênios/contratos públicos a realizar (Passivo não circulante). **6 - Patrimônio Líquido:** O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do superávit ou subtraído do déficit do exercício, reserva de reavaliação patrimonial considerado, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado. **7 - Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução nº 1.305/13 NBC TG 107(R2), item 12 a 15 A, o Resultado do Exercício é "zero", face a

resultado. Conforme item 11 da ITG 2002 aplicado para esse tipo de recurso, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção, de contribuição para custeio e investimento registrados no ativo, deve ser em conta específica do passivo. Com relação aos índices financeiros em Entidades que tem majoritariamente esse tipo de recurso podemos observar em dois exemplos: Índice de Liquidez Geral = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) e Índice de Endividamento Total= (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) / Ativo Total, que a contabilização nos moldes do item 11 da ITG 2002, fará com que tais índices sejam sempre igual a 1, pois não há patrimônio tampouco resultado, seja ele deficitário ou superavitário. **4.20 - Imobilizado:** O imobilizado de uso da SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde é composto por bens de terceiros os quais são fruto de aquisição realizada com recursos do Contrato de Gestão nº 15/2015 para os quais possuímos documentos enviados as Secretarias de Saúde para fins de incorporação ao Patrimônio Público. Segundo o inciso II do § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº. 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização".

Bens Móveis	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2019
Imobilizado Bens de Terceiros	1.912.608,23	(232.269,02)	0,00	0,00	1.680.339,21
Bens Móveis	2.550.002,03	58.658,63	0,00	0,00	2.608.660,66
Aparelhos equipamentos utensílios médicos odontológicos laboratório	1.618.013,01	12.550,00	0,00	0,00	1.630.563,01
Equipamentos de Processamento de Dados	178.953,93	4.138,00	0,00	0,00	183.091,93
Mobiliário em geral	612.314,38	32.396,80	0,00	0,00	644.711,18
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	48.246,81	0,00	0,00	0,00	48.246,81
Aparelhos de medição	39.340,00	7.260,00	0,00	0,00	46.600,00
Aparelhos e equipamento comunicação	27.920,90	114,83	0,00	0,00	28.035,73
Aparelhos e utensílios domésticos	16.968,00	0,00	0,00	0,00	16.968,00
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	8.245,00	2.199,00	0,00	0,00	10.444,00
Ajuste de vida útil	(637.393,80)	(290.927,65)	0,00	0,00	(928.321,45)

exigência do reconhecimento em contas do resultado de receitas e despesas compensadas em base sistemáticas. Desta forma, se houvesse apuração do resultado operacional, em 2019 a Instituição reconheceria como receita do "Cronograma de Desembolso" o montante de R\$ 77.044.843,32, e demais receitas (tais como rendimentos de aplicação, descontos recebidos e outras receitas) no valor de R\$ 255.210,02 e em comparação aos custos e despesas no total de R\$ 83.548.282,38, resultaria no déficit operacional de R\$ 6.248.229,04 no exercício de 2019. Considerando os descontos de R\$ 8.838.397,15 atrelados aos saldos bancários remanescentes, o resultado seria superavitário em R\$ 2.590.168,11. **8 - Isenções e Contribuições Sociais Usufruídas:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834 de 27/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 30 de outubro de 2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções e as contribuições usufruídas durante o exercício de 2019 se encontram registrados em conta específica de receita e totalizou R\$ 17.848.860,41. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. No exercício de 2019, com o êxito da ação referente ao reconhecimento da imunidade tributária com relação ao recolhimento do PIS, a Entidade, passou a reconhecer em sua Demonstração do Resultado (DRE), o valor do benefício fiscal usufruído referente ao PIS sobre a folha de pagamento. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes à COFINS, INSS Patronal sobre a folha de pagamento de serviços próprios e de terceiros PF e PIS sobre a folha de pagamento. **8.1 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontram-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Para o ano de 2019 tomou por base o valor médio dos honorários praticados em Ago/2017 (R\$/hora) no Brasil: Pesquisa Perfil das Empresas de Consultoria no Brasil 2016 Concepção e Coordenação Luiz Affonso Romano Análise Estatística Sérgio Santos Comercialização. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período e o valor da hora é atualizado anualmente pelo INPC acumulado. O montante desse serviço que se encontra consignado em contas de resultado em 2019 correspondeu a R\$ 2.154,93. **9 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC No. 1.151/09 NBC TG 12):** Em cumprimento a Resolução 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor

▶ continuação	
C.G. nº 015/2015 - Rede Assistencial D.A. Vila Prudente/ São Lucas	
Descrição	
Consulta Médica	303.620
Cirurgia	522
Consulta outros prof. de nível superior	102.022
Visita domiciliar de ACS	392.195

Exames	80.369
Procedimentos de enfermagem	161.347
Procedimentos odontológicos	142.273
Usuários Cadastrados*	100.308
Famílias Cadastradas *	35.730
Assistência ao Parto Normal	119
Pacientes em Acompanhamento*	364
Fonte: TABNET SMS-SP; registro da unidade (*).	

11 - Relatório de Prestação de Contas: A SPDM - PAIS elaborou relatórios mensais e anuais para prestação de contas do Contrato de Gestão nº 15/2015 que mantém com a Prefeitura do Município de São Paulo. Em 2019 os relatórios de Prestação de Contas, foram auditados e revisados por auditores independentes. **12 - Exercício Social:** Conforme estabelecido no art. 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Debora Melo Kiyaman Contadora - CRC -1SP 290.262/O-6	Darlei Alves Freire Controladora - CRC -1SP 219.650/O-9	Mário Silva Monteiro Superintendente - SPDM/PAIS	Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira Diretor-Presidente da SPDM
--	---	--	---

Ata de Reunião - Assembleia Geral Ordinária: Data: 23/04/2020 - 08h30min - Videoconferência. Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e vinte, às nove horas, em segunda chamada, reuniram-se, por videoconferência, em razão das medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública, decorrentes da pandemia do Coronavírus (COVID-19), conforme disposto na Lei Federal 13.979 de 06/02/2020, os(as) senhores(as) associados(as) da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, regularmente convocados(as) **Justificados(as) ausências** dos(as) seguintes associados(as): Prof. Dr. Clóvis Ruyichi Nakaie e Prof.ª Dr.ª Ruth Guinsburg. **Presentes os convidados:** Profs. Drs. Mário Silva Monteiro, Nacime Salomão Mansur e José Roberto Ferraro, Dr. Anderson Ferraresi e Srs (as). Marcelo Cincotto Esteves dos Santos, Sérgio Alexandre de Carvalho, Darlei Freire, Cleber Vieira da Silva, Vera Lucia Silva, Thais Pinhão e os auditores da Audisa Srs. Alexandre Chiaratti e Mateus Yutaki Aragaki Ferreira. Aprovegada a primeira sessão, sem o atingimento do quórum mínimo necessário, aguardou-se por trinta minutos, quando então foi aberta a sessão, de acordo com o disposto no inciso II do parágrafo 3º, do artigo 15, do Estatuto Social vigente, assumindo a Presidência da Reunião o Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, escolhida por unanimidade, que agradeceu a presença de todos e deu início aos trabalhos, seguindo a ordem do dia: **1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior:** dispensada a leitura pelos presentes, em razão do envio prévio a todos (as) os (as) associados (as), foi aberta a votação, e a Ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade. Em seguida, Dr. Ronaldo fez uma breve apresentação da SPDM e, após, houve **2) Análise e aprovação do Parecer do Conselho Fiscal, que aprovou por unanimidade o Relatório, demonstrações contábeis, balanço e prestação de contas anual do exercício de 2019 e do Parecer da auditoria independente referente ao mesmo exercício.** Dr. Ronaldo informou que a presente reunião é ordinária, em cumprimento com os termos do Estatuto Social, e destina-se à análise e aprovação do Parecer do Conselho Fiscal da SPDM que, conforme se depreende do Parecer disponibilizado, o Conselho Fiscal, por unanimidade de votos e sem nenhuma observação, aprovou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas, levando em consideração os esclarecimentos prestados pela Administração e o parecer/Relatório dos Auditores Independentes emitido pela Audisa Auditores Associados relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2.019 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais, assim como foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Administrativo. Sra. Vera Lúcia iniciou a apresentação, expondo e explicando o relatório, balanço e prestação de contas compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2.019 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, compreendendo as demonstrações de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storopelli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema Governador Orestes Quêrcia (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso Manoel de Paiva (HMPB), Hospital Geral Prof. Dr. Waldemar C. P. Filho de Guarulhos (HGG), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), Hospital Geral de Pedreira (H PEDREIRA), Hospital Cantareira (CANTAREIRA), Hospital Laca (LACAN), Hospital Municipal de Parelheiros (PARELHEIROS), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMFM), Hospital Regional de Sorocaba - Bata Cinza (BATA CINZA), Hospital Regional de Sorocaba Dr. Adib D. Jatene - Bata Branca (BATA BRANCA), Hospital Regional de São José dos Campos - Bata Cinza (SJC CINZA), Hospital e Maternidade Dr. Odélmo Leão Carneiro (HMOLC), Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (HOSP PEDRO), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz Mariana (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) Zona Leste (CEAC ZL), Centro de Atenção Psico-Social CAPS Itapeva

Reunião do Conselho Administrativo: Ata de Reunião de 13 de abril de 2020 - 8h30min às 10h00min. Presentes: Conselheiros: Profs. (as) Drs. (as) Alberto Goldenberg, Walter José Gomes, Clóvis Ruyichi Nakaie, Flávio Faloppa, Marcos Pacheco Toledo de Ferraz, Ruth Guinsburg, Dra. Maria Inês Rodrigues Landini Dolci e Dr. Ricardo Camargo. **Diretor-Presidente:** Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Vice-Diretor Presidente:** Prof. Dr. Gaspar de Jesus Lopes Filho. **Convidados:** Profs. Drs. Mário Silva Monteiro, Nacime Salomão Mansur e José Roberto Ferraro, os (as) Srs (as). Marcelo Cincotto Esteves dos Santos, Sérgio Alexandre de Carvalho, Darlei Freire, Cleber Vieira da Silva, Vera Lucia Silva, Thais Pinhão e os auditores da Audisa Srs. Alexandre Chiaratti e Mateus Yutaki Aragaki Ferreira. **Horário:** 08h30min às 10h00min. Aos treze dias do mês de abril de dois mil e vinte, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se, por videoconferência, em razão das medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública, decorrentes da pandemia do Coronavírus (COVID-19), conforme disposto na Lei Federal 13.979 de 06/02/2020, os (as) senhores (as) membros do Conselho Administrativo da SPDM, sob a presidência do Diretor-Presidente que, agradecendo a confiança, declarou abertos os trabalhos e submeteu-se à aprovação a ata da reunião anterior que, depois de lida, foi aprovada por unanimidade dos(as) conselheiros(as) presentes. Dr. Ronaldo fez uma breve apresentação da SPDM e passou então a deliberação dos itens da **Ordem do Dia: 1) Análise do Relatório, demonstrações contábeis, balanço e prestação de contas anual do exercício de 2019 e do Parecer da auditoria independente referente ao mesmo exercício.** Dr. Ronaldo discorreu sobre a importância de análise e divulgação do Relatório Anual da Administração, Demonstrações Contábeis, Balanço, Prestação de contas e, Parecer da auditoria independente referente ao exercício de 2019, lembrando que estes documentos foram previamente encaminhados e disponibilizados a cada um dos membros presentes. Informou também que o Conselho Fiscal, por unanimidade de votos, e sem nenhuma observação, emitiram parecer favorável pela aprovação dos Relatórios apresentados, conforme documento igualmente enviado aos membros deste Conselho, convidando e passando a palavra à diretora de contabilidade da SPDM, Sra. Vera Lucia Silva para apresentação e esclarecimentos do relatório, balanço e prestação de contas compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2.019 consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, compreendendo as demonstrações de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storopelli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema Governador Orestes Quêrcia (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso Manoel de Paiva (HMPB), Hospital Geral Prof. Dr. Waldemar C. P. Filho de Guarulhos (HGG), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), Hospital Geral de Pedreira (H PEDREIRA), Hospital Cantareira (CANTAREIRA), Hospital Laca (LACAN), Hospital Municipal de Parelheiros (PARELHEIROS), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMFM), Hospital Regional de Sorocaba - Bata Cinza (BATA CINZA), Hospital Regional de Sorocaba Dr. Adib D. Jatene - Bata Branca (BATA BRANCA), Hospital Regional de São José dos Campos - Bata Cinza (SJC CINZA), Hospital e Maternidade de Dr. Odélmo Leão Carneiro (HMOLC), Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (HOSP PEDRO), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz Mariana (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) Zona Leste (CEAC ZL), Centro de Atenção Psico-Social CAPS Itapeva (CAPS ITAP), Rede Assist. Supervisão Técnica da Saúde VI. Maria/VI. Guilherme (VL GUILHERME), o AME Maria Zélia (AME MZ), o AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AMEPQ),

Reunião do Conselho Fiscal: Ata de Reunião de 09 de abril de 2020 - 09h00 às 10h30min. Presentes: Conselheiros: Profs (as) Drs (as) Marcelo Nascimento Burattini, José Carlos Costa Baptista Silva, Denise Caluta Abranches e Dulce Aparecida Barbosa. **Diretor-Presidente** Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Convidados:** Profs. Drs. José Roberto Ferraro, Gaspar de Jesus Lopes Filho e Mário Silva Monteiro, e os (as) Srs (as) Marcelo Cincotto Esteves dos Santos, Sérgio Alexandre de Carvalho, Cleber Vieira da Silva, Darlei Freire, Vera Lucia Silva, Thais Pinhão e os Auditores da Audisa, Srs. Alexandre Chiaratti e Mateus Yutaki Aragaki Ferreira. **Ausências Justificadas:** Dra. Denise Freitas. **Horário:** 09h00min às 10h30min. Aos nove dias do mês de abril de dois mil e vinte, às nove horas, reuniram-se, excepcionalmente, por videoconferência, em razão das medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública, decorrentes da pandemia do Coronavírus (COVID-19), conforme disposto na Lei Federal 13.979 de 06/02/2020, os (as) senhores (as) membros do Conselho FISCAL da SPDM, sob a presidência do Diretor-Presidente que, agradecendo a confiança, declarou abertos os trabalhos e submeteu-se à aprovação a ata da reunião anterior que, depois de lida, foi aprovada por unanimidade dos (as) conselheiros(as) presentes, passando então a deliberação dos itens da **ORDEM DO DIA: 1) Análise do Relatório, demonstrações contábeis, balanço e prestação de contas anual do exercício de 2019 e do Parecer da auditoria independente referente ao mesmo exercício,** convidando e passando a palavra à diretora de contabilidade da SPDM, Sra. Vera Lúcia Silva, para apresentação e esclarecimentos do relatório, balanço e prestação de contas compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2.019 consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, compreendendo as demonstrações de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storopelli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema Governador Orestes Quêrcia (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso Manoel de Paiva (HMPB), Hospital Geral Prof. Dr. Waldemar C. P. Filho de Guarulhos (HGG), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), Hospital Geral de Pedreira (H PEDREIRA), Hospital Cantareira (CANTAREIRA), Hospital Laca (LACAN), Hospital Municipal de Parelheiros (PARELHEIROS), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMFM), Hospital Regional de Sorocaba - Bata Cinza (BATA CINZA), Hospital Regional de Sorocaba Dr. Adib D. Jatene - Bata Branca (BATA BRANCA), Hospital Regional de São José dos Campos - Bata Cinza (SJC CINZA), Hospital e Maternidade Dr. Odélmo Leão Carneiro (HMOLC), Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (HOSP PEDRO), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz Mariana (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) Zona Leste (CEAC ZL), Centro de Atenção Psico-Social CAPS Itapeva (CAPS ITAP), Rede Assist. Supervisão Técnica da Saúde VI. Maria/VI. Guilherme (VL GUILHERME), o AME Maria Zélia (AME MZ), o AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AMEPQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi das Cruzes (AME MOGI), Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvétia (HELVÉTIA), Centro de Reabilitação Lucy Montoro São José dos Campos (CRLMSJC), CRATOD - Centro de Ref. de Álcool, Tabaco

Relatório dos Auditores Independentes: Opinião sobre as Demonstrações contábeis Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Medicina - Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir.

(CAPS ITAP), Rede Assist. Supervisão Técnica da Saúde VI. Maria/VI. Guilherme (VL GUILHERME), o AME Maria Zélia (AME MZ), o AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AMEPQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi das Cruzes (AME MOGI), Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvétia (HELVÉTIA), Centro de Reabilitação Lucy Montoro São José dos Campos (CRLMSJC), CRATOD - Centro de Ref. de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM (SAÚDE OCUP), Instituto de Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF VI. Mariana (CEAF VM), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF Campinas (CEAF CAMP), AME Idoso Oeste (IDOSO OESTE), AME Idoso Sudeste (IDOSO SUDESTE), Rede Assistencial de Superv. Técnica de Saúde Butantã (REDE BUTANTA), SIM-Serviço Integrado da Medicina (SIM), Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental da ZN (PAI ZN), Projeto Autismo - Vila Mariana (AUTISMO), CAISM Centro de At. Integrada à Saúde Mental VI. Mariana (CAISM), SAMU 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC), Unidades de Atend. Integrado UAI do Munic. de Uberlândia (UAI), Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP), Rede Ass.-Da Pari, Belém, Brás, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), PAIS AMAS Hospitalares (PAIS AMAS), PAIS-Corporativo (CORPORATIVO), Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRANGA), Rede Assistencial - STS Perus/Pirituba (PAIS PERUS), Rede Assistencial - Da Vila Prudente/São Lucas (PAIS PRUDENTE), Rede Assist. da Vi. Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS A.P. 5.3 (AP 5.3), PAIS UPA João XXIII (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (AP 3.2), PAIS A.P. 1.0 (AP 1.0), PAIS UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS-UPA Paciência (PACIÊNCIA), Centro de Apoio - Gestão da Informação e Eventos (GEST EVENTOS), Coord. de Emerg. Regional do Leblon - Cer Leblon - AP 2.1 (LEBLON), Saúde Indígena Mato Grosso (M GROSSO), Saúde Indígena Pará (PARÁ), PAIS - UPA Zona Noroeste (NOROESTE), Hospital Universitário de Taubaté (TAUBATÉ), PAIS Complexo Hospitalar Irmã Dulce (IRMÃ DULCE), PAIS - Medicina Diagnóstica e Hospital Dia (HOSP DIA), Clínica de Psiquiatria (CLINICA PQ), PAIS-Unidades de Atenção Primária e Especializada (FORTALEZA), PAIS - UPA Bom Jesus (BOM JESUS), PAIS - UPA Lomba do Pinheiro (PINHEIRO), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi (CHPEO), PABSF Americana (AMERICANA), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), Hosp. Reg. de Araranguá Dep. Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Florianópolis (H FLORIPA), PAIS SAMU Santa Catarina (SAMU SC) e o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO). Na área da Educação, Faculdade Paulista de Ciências da Saúde (FACULDADE) e CEI-Centros de Educação Infantil. Na área da Assistência Social, a SPDM participa de um projeto de inovação e desenvolvimento pessoal e profissional, o qual articula ações e serviços relacionados à pessoa com deficiência e seus familiares. Tal projeto é executado através de suas filiais Serv. de Reabilit. Lucy Montoro - Capital SP - Jd. Humaitá (JD HUMAITÁ) e o CTO de Tecnologia e Inovação - Pq. Fontes do Ipiranga (CTI IPIRANGA). Dr. Ronaldo ressaltou a importância de avaliação desses documentos pela Assembleia e, após esclarecimentos necessários por parte dos responsáveis pela Contabilidade, passou a palavra aos auditores da Audisa - Auditoria Independente, que fizeram breves comentários sobre os índices, discorreram sobre o parecer, sem ressalvas, e concluíram que a instituição, como um todo, vem realizando um bom trabalho. O Senhor Presidente agradeceu as explanações e, sem mais pedidos de esclarecimentos ou observações, colocou em votação o Parecer do Conselho Fiscal, que aprovou por unanimidade e sem ressalvas o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2.019 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, compreendendo as demonstrações de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas filiais, restando aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião. Eu, Luciana Taborga, na qualidade de secretária desta reunião, elaborei a presente ata, que segue assinada por mim e pelo Presidente desta reunião. **Luciana Taborga** - Secretária; **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente.

o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi das Cruzes (AME MOGI), Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvétia (HELVÉTIA), Centro de Reabilitação Lucy Montoro São José dos Campos (CRLMSJC), CRATOD - Centro de Ref. de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM (SAÚDE OCUP), Instituto de Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF VI. Mariana (CEAF VM), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF Campinas (CEAF CAMP), AME Idoso Oeste (IDOSO OESTE), AME Idoso Sudeste (IDOSO SUDESTE), Rede Assistencial de Superv. Técnica de Saúde Butantã (REDE BUTANTA), SIM-Serviço Integrado da Medicina (SIM), Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental da ZN (PAI ZN), Projeto Autismo - Vila Mariana (AUTISMO), CAISM Centro de At. Integrada à Saúde Mental VI. Mariana (CAISM), SAMU 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC), Unidades de Atend. Integrado UAI do Munic. de Uberlândia (UAI), Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP), Rede Ass.-Da Pari, Belém, Brás, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), PAIS AMAS Hospitalares (PAIS AMAS), PAIS-Corporativo (CORPORATIVO), Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRANGA), Rede Assistencial - STS Perus/Pirituba (PAIS PERUS), Rede Assistencial - Da Vila Prudente/São Lucas (PAIS PRUDENTE), Rede Assist. da Vi. Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS A.P. 5.3 (AP 5.3), PAIS UPA João XXIII (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (AP 3.2), PAIS A.P. 1.0 (AP 1.0), PAIS UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS-UPA Paciência (PACIÊNCIA), Centro de Apoio - Gestão da Informação e Eventos (GEST EVENTOS), Coord. de Emerg. Regional do Leblon - Cer Leblon - AP 2.1 (LEBLON), Saúde Indígena Mato Grosso (M GROSSO), Saúde Indígena Pará (PARÁ), PAIS - UPA Zona Noroeste (NOROESTE), Hospital Universitário de Taubaté (TAUBATÉ), PAIS Complexo Hospitalar Irmã Dulce (IRMÃ DULCE), PAIS - Medicina Diagnóstica e Hospital Dia (HOSP DIA), Clínica de Psiquiatria (CLINICA PQ), PAIS-Unidades de Atenção Primária e Especializada (FORTALEZA), PAIS - UPA Bom Jesus (BOM JESUS), PAIS - UPA Lomba do Pinheiro (PINHEIRO), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi (CHPEO), PABSF Americana (AMERICANA), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), Hosp. Reg. de Araranguá Dep. Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Florianópolis (H FLORIPA), PAIS SAMU Santa Catarina (SAMU SC) e o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO). Na área da Educação, Faculdade Paulista de Ciências da Saúde (FACULDADE) e CEI-Centros de Educação Infantil. Na área da Assistência Social, a SPDM participa de um projeto de inovação e desenvolvimento pessoal e profissional, o qual articula ações e serviços relacionados à pessoa com deficiência e seus familiares. Tal projeto é executado através de suas filiais Serv. de Reabilit. Lucy Montoro - Capital SP - Jd. Humaitá (JD HUMAITÁ) e o CTO de Tecnologia e Inovação - Pq. Fontes do Ipiranga (CTI IPIRANGA). Após apresentação, Dr. Ronaldo passou a palavra aos auditores da Audisa, que fizeram breves comentários sobre os índices, discorreram sobre o parecer sem ressalvas e concluíram que a instituição, como um todo, vem realizando um bom trabalho. Encerradas as apresentações e comentários. Após os esclarecimentos prestados e respondidas as questões formuladas pelos (as) senhores(as) conselheiros(as) e, com base no parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, foi aberta a votação, restando aprovado por unanimidade todos os relatórios, balanços e documentos supramencionados da SPDM referentes à matriz e todas as filiais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Diretor Presidente determinou o envio do Parecer do Conselho Fiscal à Assembleia, nos termos do Estatuto Social, acompanhado da presente ata, que foi lida e conferida pelos Srs. (as) Conselheiros (as) presentes. Dr. Ronaldo agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião. Eu, Luciana Taborga, na qualidade de secretária desta reunião, elaborei a presente ata, que segue assinada por mim e pelo Senhor Diretor Presidente. **Luciana Taborga** - Secretária - Presidência da SPDM; **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente - Diretor-Presidente da SPDM.

e Outras Drogas (CRATOD), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM (SAÚDE OCUP), Instituto de Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF VI. Mariana (CEAF VM), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF Campinas (CEAF CAMP), AME Idoso Oeste (IDOSO OESTE), AME Idoso Sudeste (IDOSO SUDESTE), Rede Assistencial de Superv. Técnica de Saúde Butantã (REDE BUTANTA), SIM-Serviço Integrado da Medicina (SIM), Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental da ZN (PAI ZN), Projeto Autismo - Vila Mariana (AUTISMO), CAISM Centro de At. Integrada à Saúde Mental VI. Mariana (CAISM), SAMU 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC), Unidades de Atend. Integrado UAI do Munic. de Uberlândia (UAI), Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP), Rede Ass.-Da Pari, Belém, Brás, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), PAIS AMAS Hospitalares (PAIS AMAS), PAIS-Corporativo (CORPORATIVO), Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRANGA), Rede Assistencial - STS Perus/Pirituba (PAIS PERUS), Rede Assistencial - Da Vila Prudente/São Lucas (PAIS PRUDENTE), Rede Assist. da Vi. Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS A.P. 5.3 (AP 5.3), PAIS UPA João XXIII (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (AP 3.2), PAIS A.P. 1.0 (AP 1.0), PAIS UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS - UPA Paciência (PACIÊNCIA), Centro de Apoio - Gestão da Informação e Eventos (GEST EVENTOS), Coord. de Emerg. Regional do Leblon - Cer Leblon - AP 2.1 (LEBLON), Saúde Indígena Mato Grosso (M GROSSO), Saúde Indígena Pará (PARÁ), PAIS - UPA Zona Noroeste (NOROESTE), Hospital Universitário de Taubaté (TAUBATÉ), PAIS Complexo Hospitalar Irmã Dulce (IRMÃ DULCE), PAIS - Medicina Diagnóstica e Hospital Dia (HOSP DIA), Clínica de Psiquiatria (CLINICA PQ), PAIS-Unidades de Atenção Primária e Especializada (FORTALEZA), PAIS - UPA Bom Jesus (BOM JESUS), PAIS - UPA Lomba do Pinheiro (PINHEIRO), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi (CHPEO), PABSF Americana (AMERICANA), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), Hosp. Reg. de Araranguá Dep. Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Florianópolis (H FLORIPA), PAIS SAMU Santa Catarina (SAMU SC) e o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO). Na área da Educação, Faculdade Paulista de Ciências da Saúde (FACULDADE) e CEI-Centros de Educação Infantil. Na área da Assistência Social, a SPDM participa de um projeto de inovação e desenvolvimento pessoal e profissional, o qual articula ações e serviços relacionados à pessoa com deficiência e seus familiares. Tal projeto é executado através de suas filiais Serv. de Reabilit. Lucy Montoro - Capital SP - Jd. Humaitá (JD HUMAITÁ) e o CTO de Tecnologia e Inovação - Pq. Fontes do Ipiranga (CTI IPIRANGA). Após os esclarecimentos prestados e respondidas as questões formuladas pelos (as) senhores(as) conselheiros(as) e, com base no parecer dos Auditores Independentes, foi aberta a votação, e este Conselho aprovou, por unanimidade de votos e sem nenhuma observação, todos os relatórios, balanços e documentos supramencionados da SPDM referentes à matriz e todas as filiais. Dr. Ronaldo alertou para a responsabilidade do cumprimento das obrigações para a manutenção da filantropia e Dr. Marcelo Burattini sugeriu efetuar reuniões extraordinárias com o Conselho Administrativo para discussão de alternativas administrativas destinadas a prevenir a repetição destes problemas no futuro. Por fim, em cumprimento ao exigido por lei e pelo Estatuto Social da entidade, o senhor presidente determinou a elaboração do Parecer, em apartado, nos termos aqui decididos. Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata, assim como o parecer lidos, conferidos e firmados pelos (as) Srs (as). Conselheiros (as) e pela Secretária, nesta data, dando-se por encerrada a reunião. **Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente da reunião; **Luciana Taborga** - secretária. intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações **continua**▶



▶ **continuação** contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 27 de março de 2020. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3; Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04.**

JEMF Participações S.A.																																																								
CNPJ/MF nº 05.062.394/0001-26 – NIRE: 35.300.191.021																																																								
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018																																																								
BALANÇOS PATRIMONIAIS – Em milhares de reais																																																								
Ativo	Nota	2019	2018	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2019	2018																																																	
Circulante				Circulante																																																				
Caixa e equivalentes de caixa		260	310	Partes relacionadas		68	1.657																																																	
Impostos a recuperar		20		Dividendos a pagar	4	305.478	101.598																																																	
Dividendos a receber	4	305.695	103.309			305.546	103.255																																																	
		305.975	103.619	Patrimônio Líquido	6																																																			
Não circulante				Capital social		7.584.730	7.584.730																																																	
Investimentos	5	10.153.266	9.473.331	Reservas de lucros		2.081.782	1.404.382																																																	
				Ajuste de avaliação patrimonial		487.183	484.583																																																	
						10.153.695	9.473.695																																																	
Total do ativo		10.459.241	9.576.950	Total do passivo e patrimônio líquido		10.459.241	9.576.950																																																	
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras																																																								
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – Em milhares de reais																																																								
	Nota	Capital Social	Incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido																																																
Em 1º de janeiro de 2018		7.584.730	2.620	208.325	1.024.786		183.588	9.004.049																																																
Ajustes reflexos de controlada																																																								
Adoção inicial do CPC 48						(85.259)	(85.259)																																																	
Mais valia de ativos da St. Mary's						23.565	10.798	34.363																																																
Ajuste de inflação e variação cambial – IAS 29/CPC 42							31.065	31.065																																																
Adoção inicial do CPC 42 – hiperinflação na Argentina							73.809	73.809																																																
Mudança de prática contábil – valorização de cotas FIPs						(28.873)	(28.873)																																																	
Em 1º de janeiro de 2018, após os impactos da adoção de novas normas e reapresentações		7.584.730	2.620	208.325	1.024.786	(90.568)	299.260	9.029.153																																																
Lucro do exercício						516.881	516.881	516.881																																																
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada							185.324	185.324																																																
Total do resultado abrangente do exercício						516.881	185.324	702.204,83																																																
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								33.738																																																
Reversão de dividendos deliberados								33.738																																																
Constituição de reserva legal	6 c)		21.389			(21.389)																																																		
Dividendos distribuídos	6 b)				(189.802)	(101.599)		(291.401)																																																
Retenção de lucros					303.326	(303.326)																																																		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								(257.663)																																																
Em 31 de dezembro de 2018	6 a)	7.584.730	2.620	229.715	1.172.047		484.583	9.473.695																																																
Lucro do exercício						1.286.224		1.286.224																																																
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada em conjunto							2.600	2.600																																																
Total do resultado abrangente do exercício						1.286.224	2.600	1.288.824																																																
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								101.599																																																
Reversão de dividendos deliberados						(47.000)		(47.000)																																																
Perda no aumento de capital da Karmin																																																								
Constituição de reserva legal	6 c)		64.311			(64.311)																																																		
Dividendos distribuídos	6 b)				(357.944)	(305.478)		(663.423)																																																
Retenção de lucros					916.435	(916.435)																																																		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								(608.824)																																																
Em 31 de dezembro de 2019		7.584.730	2.620	294.026	1.785.136		487.183	10.153.695																																																
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras																																																								
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES																																																								
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma																																																								
1. Considerações gerais																																																								
JEMF Participações S.A. ("Companhia", ou "JEMF") é uma empresa de capital privado e que possui 25% das ações da Hejoassu Administração S.A., e a Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia foi constituída em 08 de maio de 2002 e tem como atividade principal a administração de bens e empresas.																																																								
2. Apresentação e aprovação das demonstrações financeiras																																																								
A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 27 de abril de 2020, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações.																																																								
2.1. Base de apresentação																																																								
2.2. Demonstrações financeiras individuais																																																								
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e certos ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos financeiros, reflexos de controlada, foram mensurados ao valor justo pelo resultado.																																																								
A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.																																																								
As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas na Nota 3. A Companhia é controladora em conjunto da Hejoassu Administração S.A. e optou, como permitido pelo CPC 19 (R2) em reconhecer esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial, não tendo sido a mesma consolidada proporcionalmente.																																																								
3. Principais práticas e estimativas contábeis adotadas																																																								
As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste																																																								
5. Investimentos																																																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Investimentos</th> <th colspan="3">Informação da investida em 31 de dezembro de 2019</th> <th colspan="2">Resultado de equivalência patrimonial</th> <th colspan="2">Saldo de investimento</th> </tr> <tr> <th>Patrimônio Líquido</th> <th>Resultado do exercício</th> <th>Percentual de participação (%)</th> <th>2019</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Avaliados por equivalência patrimonial</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Hejoassu Administração S.A. (i)</td> <td>40.613.038</td> <td>5.148.550</td> <td>25,00</td> <td>1.287.138</td> <td>518.988</td> <td>10.153.260</td> <td>9.473.325</td> </tr> <tr> <td>Outros investimentos</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>6</td> <td>6</td> </tr> <tr> <td>Total dos investimentos</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>1.287.138</td> <td>518.988</td> <td>10.153.266</td> <td>9.473.331</td> </tr> </tbody> </table>										Investimentos	Informação da investida em 31 de dezembro de 2019			Resultado de equivalência patrimonial		Saldo de investimento		Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação (%)	2019	2018	2019	2018	Avaliados por equivalência patrimonial								Hejoassu Administração S.A. (i)	40.613.038	5.148.550	25,00	1.287.138	518.988	10.153.260	9.473.325	Outros investimentos						6	6	Total dos investimentos				1.287.138	518.988	10.153.266	9.473.331
Investimentos	Informação da investida em 31 de dezembro de 2019			Resultado de equivalência patrimonial		Saldo de investimento																																																		
	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação (%)	2019	2018	2019	2018																																																	
Avaliados por equivalência patrimonial																																																								
Hejoassu Administração S.A. (i)	40.613.038	5.148.550	25,00	1.287.138	518.988	10.153.260	9.473.325																																																	
Outros investimentos						6	6																																																	
Total dos investimentos				1.287.138	518.988	10.153.266	9.473.331																																																	
(i) Em dezembro de 2019 foi concluída a alocação do preço de aquisição referente a compra da CESP pela VTRM. Logo, o saldo registrado em 2018, à título de "Parcela não alocada", foi ponderado dos efeitos de mais e menos valia de ativos e passivos e gerou um ganho por compra vantajosa, reconhecido na data da aquisição. Consequentemente os saldos patrimoniais e de resultado sofreram alterações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, conforme determina o CPC 15 (R1) – "Combinação de negócios". O efeito reflexo no resultado da investida Hejoassu/investida indireta Votorantim S.A., foi de R\$ 356.391.																																																								
6. Patrimônio líquido																																																								
(a) Capital social																																																								
O capital social, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$ 7.584.730.000,00 (sete bilhões, quinhentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e trinta mil reais), totalmente subscrito e integralizado e representado por 684.730.000 ações ordinárias nominativas.																																																								
(b) Dividendos																																																								
Os dividendos são calculados com base em 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, de acordo com o estatuto da Companhia.																																																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td>1.286.224</td> <td>516.881</td> </tr> <tr> <td>Reserva legal</td> <td>(64.311)</td> <td>(21.389)</td> </tr> <tr> <td>Base de cálculo dos dividendos</td> <td>1.221.913</td> <td>495.492</td> </tr> <tr> <td>Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)</td> <td>305.478</td> <td>101.599</td> </tr> <tr> <td>Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício</td> <td>25%</td> <td>21%</td> </tr> </tbody> </table>											2019	2018	Lucro líquido do exercício	1.286.224	516.881	Reserva legal	(64.311)	(21.389)	Base de cálculo dos dividendos	1.221.913	495.492	Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)	305.478	101.599	Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	21%																													
	2019	2018																																																						
Lucro líquido do exercício	1.286.224	516.881																																																						
Reserva legal	(64.311)	(21.389)																																																						
Base de cálculo dos dividendos	1.221.913	495.492																																																						
Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)	305.478	101.599																																																						
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	21%																																																						
Durante o exercício de 2019, a Companhia deliberou aos seus acionistas o montante de R\$ 357.944, correspondente a dividendos relativos a parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros", acumulados até 31 de dezembro de 2018.																																																								
(c) Reserva legal e de retenção de lucros																																																								
A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados.																																																								
A reserva de retenção foi constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender principalmente ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.																																																								
(d) Ajustes de avaliação patrimonial																																																								
A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, detidas de forma direta ou indireta. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou perda do investimento. Também são consideradas nesta rubrica: a variação cambial de dívidas e derivativos designados para mitigar riscos cambiais, preços de commodities e taxa de juros (contabilidade de hedge), ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão, e a parcela de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.																																																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td>1.286.224</td> <td>516.881</td> </tr> <tr> <td>Reserva legal</td> <td>(64.311)</td> <td>(21.389)</td> </tr> <tr> <td>Base de cálculo dos dividendos</td> <td>1.221.913</td> <td>495.492</td> </tr> <tr> <td>Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)</td> <td>305.478</td> <td>101.599</td> </tr> <tr> <td>Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício</td> <td>25%</td> <td>21%</td> </tr> </tbody> </table>											2019	2018	Lucro líquido do exercício	1.286.224	516.881	Reserva legal	(64.311)	(21.389)	Base de cálculo dos dividendos	1.221.913	495.492	Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)	305.478	101.599	Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	21%																													
	2019	2018																																																						
Lucro líquido do exercício	1.286.224	516.881																																																						
Reserva legal	(64.311)	(21.389)																																																						
Base de cálculo dos dividendos	1.221.913	495.492																																																						
Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)	305.478	101.599																																																						
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	21%																																																						
Durante o exercício de 2019, a Companhia deliberou aos seus acionistas o montante de R\$ 357.944, correspondente a dividendos relativos a parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros", acumulados até 31 de dezembro de 2018.																																																								
(c) Reserva legal e de retenção de lucros																																																								
A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados.																																																								
A reserva de retenção foi constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender principalmente ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.																																																								
(d) Ajustes de avaliação patrimonial																																																								
A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, detidas de forma direta ou indireta. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou perda do investimento. Também são consideradas nesta rubrica: a variação cambial de dívidas e derivativos designados para mitigar riscos cambiais, preços de commodities e taxa de juros (contabilidade de hedge), ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão, e a parcela de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.																																																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td>1.286.224</td> <td>516.881</td> </tr> <tr> <td>Reserva legal</td> <td>(64.311)</td> <td>(21.389)</td> </tr> <tr> <td>Base de cálculo dos dividendos</td> <td>1.221.913</td> <td>495.492</td> </tr> <tr> <td>Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)</td> <td>305.478</td> <td>101.599</td> </tr> <tr> <td>Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício</td> <td>25%</td> <td>21%</td> </tr> </tbody> </table>											2019	2018	Lucro líquido do exercício	1.286.224	516.881	Reserva legal	(64.311)	(21.389)	Base de cálculo dos dividendos	1.221.913	495.492	Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)	305.478	101.599	Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	21%																													
	2019	2018																																																						
Lucro líquido do exercício	1.286.224	516.881																																																						
Reserva legal	(64.311)	(21.389)																																																						
Base de cálculo dos dividendos	1.221.913	495.492																																																						
Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)	305.478	101.599																																																						
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	21%																																																						
Durante o exercício de 2019, a Companhia deliberou aos seus acionistas o montante de R\$ 357.944, correspondente a dividendos relativos a parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros", acumulados até 31 de dezembro de 2018.																																																								
(c) Reserva legal e de retenção de lucros																																																								
A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados.																																																								
A reserva de retenção foi constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender principalmente ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.																																																								
(d) Ajustes de avaliação patrimonial																																																								
A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, detidas de forma direta ou indireta. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou perda do investimento. Também são consideradas nesta rubrica: a variação cambial de dívidas e derivativos designados para mitigar riscos cambiais, preços de commodities e taxa de juros (contabilidade de hedge), ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão, e a parcela de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.																																																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td>1.286.224</td> <td>516.881</td> </tr> <tr> <td>Reserva legal</td> <td>(64.311)</td> <td>(21.389)</td> </tr> <tr> <td>Base de cálculo dos dividendos</td> <td>1.221.913</td> <td>495.492</td> </tr> <tr> <td>Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)</td> <td>305.478</td> <td>101.599</td> </tr> <tr> <td>Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício</td> <td>25%</td> <td>21%</td> </tr> </tbody> </table>											2019	2018	Lucro líquido do exercício	1.286.224	516.881	Reserva legal	(64.311)	(21.389)	Base de cálculo dos dividendos	1.221.913	495.492	Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)	305.478	101.599	Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	21%																													
	2019	2018																																																						
Lucro líquido do exercício	1.286.224	516.881																																																						
Reserva legal	(64.311)	(21.389)																																																						
Base de cálculo dos dividendos	1.221.913	495.492																																																						
Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)	305.478	101.599																																																						
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	21%																																																						
Durante o exercício de 2019, a Companhia deliberou aos seus acionistas o montante de R\$ 357.944, correspondente a dividendos relativos a parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros", acumulados até 31 de dezembro de 2018.																																																								
(c) Reserva legal e de retenção de lucros																																																								
A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados.																																																								
A reserva de retenção foi constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender principalmente ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.																																																								
(d) Ajustes de avaliação patrimonial																																																								
A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, detidas de forma direta ou indireta. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou perda do investimento. Também são consideradas nesta rubrica: a variação cambial de dívidas e derivativos designados para mitigar riscos cambiais, preços de commodities e taxa de juros (contabilidade de hedge), ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão, e a parcela de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.																																																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td>1.286.224</td> <td>516.881</td> </tr> <tr> <td>Reserva legal</td> <td>(64.311)</td> <td>(21.389)</td> </tr> <tr> <td>Base de cálculo dos dividendos</td> <td>1.221.913</td> <td>495.492</td> </tr> <tr> <td>Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)</td> <td>305.478</td> <td>101.599</td> </tr> <tr> <td>Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício</td> <td>25%</td> <td>21%</td> </tr> </tbody> </table>											2019	2018	Lucro líquido do exercício	1.286.224	516.881	Reserva legal	(64.311)	(21.389)	Base de cálculo dos dividendos	1.221.913	495.492	Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)	305.478	101.599	Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	21%																													
	2019	2018																																																						
Lucro líquido do exercício	1.286.224	516.881																																																						
Reserva legal	(64.311)	(21.389)																																																						
Base de cálculo dos dividendos	1.221.913	495.492																																																						
Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)	305.478	101.599																																																						
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	21%																																																						
Durante o exercício de 2019, a Companhia deliberou aos seus acionistas o montante de R\$ 357.944, correspondente a dividendos relativos a parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros", acumulados até 31 de dezembro de 2018.																																																								
(c) Reserva legal e de retenção de lucros																																																								
A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados.																																																								
A reserva de retenção foi constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender principalmente ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.																																																								
(d) Ajustes de avaliação patrimonial																																																								
A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, detidas de forma direta ou indireta. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou perda do investimento. Também são consideradas nesta rubrica: a variação cambial de dívidas e derivativos designados para mitigar riscos cambiais, preços de commodities e taxa de juros (contabilidade de hedge), ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão, e a parcela de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.																																																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td>1.286.224</td> <td>516.881</td> </tr> <tr> <td>Reserva legal</td> <td>(64.311)</td> <td>(21.389)</td> </tr> <tr> <td>Base de cálculo dos dividendos</td> <td>1.221.913</td> <td>495.492</td> </tr> <tr> <td>Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)</td> <td>305.478</td> <td>101.599</td> </tr> <tr> <td>Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício</td> <td>25%</td> <td>21%</td> </tr> </tbody> </table>											2019	2018	Lucro líquido do exercício	1.286.224	516.881	Reserva legal	(64.311)	(21.389)	Base de cálculo dos dividendos	1.221.913	495.492	Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)	305.478	101.599	Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	21%																													
	2019	2018																																																						
Lucro líquido do exercício	1.286.224	516.881																																																						
Reserva legal	(64.311)	(21.389)																																																						
Base de cálculo dos dividendos	1.221.913	495.492																																																						
Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)	305.478	101.599																																																						
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	21%																																																						
Durante o exercício de 2019, a Companhia deliberou aos seus acionistas o montante de R\$ 357.944, correspondente a dividendos relativos a parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros", acumulados até 31 de dezembro de 2018.																																																								
(c) Reserva legal e de retenção de lucros																																																								
A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados.																																																								
A reserva de retenção foi constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender principalmente ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.																																																								
(d) Ajustes de avaliação patrimonial																																																								
A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, detidas de forma direta ou indireta. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou perda do investimento. Também são consideradas nesta rubrica: a variação cambial de dívidas e derivativos designados para mitigar riscos cambiais, preços de commodities e taxa de juros (contabilidade de hedge), ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão, e a parcela de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.																																																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td>1.286.224</td> <td>516.881</td> </tr> <tr> <td>Reserva legal</td> <td>(64.311)</td> <td>(21.389)</td> </tr> <tr> <td>Base de cálculo dos dividendos</td> <td>1.221.913</td> <td>495.492</td> </tr> <tr> <td>Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)</td> <td>305.478</td> <td>101.599</td> </tr> <tr> <td>Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício</td> <td>25%</td> <td>21%</td> </tr> </tbody> </table>											2019	2018	Lucro líquido do exercício	1.286.224	516.881	Reserva legal	(64.311)	(21.389)	Base de cálculo dos dividendos	1.221.913	495.492	Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)	305.478	101.599	Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	21%																													
	2019	2018																																																						
Lucro líquido do exercício	1.286.224	516.881																																																						
Reserva legal	(64.311)	(21.389)																																																						
Base de cálculo dos dividendos	1.221.913	495.492																																																						
Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)	305.478	101.599																																																						
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	21%																																																						
Durante o exercício de 2019, a Companhia deliberou aos seus acionistas o montante de R\$ 357.944, correspondente a dividendos relativos a parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros", acumulados até 31 de dezembro de 2018.																																																								
(c) Reserva legal e de retenção de lucros																																																								
A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados.																																																								
A reserva de retenção foi constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender principalmente ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.																																																								
(d) Ajustes de avaliação patrimonial																																																								
A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, detidas de forma direta ou indireta. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou perda do investimento. Também são consideradas nesta rubrica: a variação cambial de dívidas e derivativos designados para mitigar riscos cambiais, preços de commodities e taxa de juros (contabilidade de hedge), ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão, e a parcela de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.																																																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td>1.286.224</td> <td>516.881</td> </tr> <tr> <td>Reserva legal</td> <td>(64.311)</td> <td>(21.389)</td> </tr> <tr> <td>Base de cálculo dos dividendos</td> <td>1.221.913</td> <td>495.492</td> </tr> <tr> <td>Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)</td> <td>305.478</td> <td>101.599</td> </tr> <tr> <td>Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício</td> <td>25%</td> <td>21%</td> </tr> </tbody> </table>											2019	2018	Lucro líquido do exercício	1.286.224	516.881	Reserva legal	(64.311)	(21.389)	Base de cálculo dos dividendos	1.221.913	495.492	Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)	305.478	101.599	Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	21%																													
	2019	2018																																																						
Lucro líquido do exercício	1.286.224	516.881																																																						
Reserva legal	(64.311)	(21.389)																																																						
Base de cálculo dos dividendos	1.221.913	495.492																																																						
Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)	305.478	101.599																																																						
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	21%																																																						
Durante o exercício de 2019, a Companhia deliberou aos seus acionistas o montante de R\$ 357.944, correspondente a dividendos relativos a parte do saldo da conta de "Res																																																								